

VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais
Florianópolis, 27 a 30 de agosto de 2018

GT 6. Continuidades e discontinuidades
da repressão e violência no campo

Texto síntese para discussão no GT

Coordenadoras:

Leonilde Servolo de Medeiros (UFRRJ)

Regina Coelly Fernandes Saraiva (UnB)

Foram enviados e aprovados sete trabalhos para o grupo “Continuidades e discontinuidades da repressão e violência no campo”. A maioria deles está focada em conflitos ocorridos em regiões específicas (quatro tratam do Nordeste, privilegiando Pernambuco e Paraíba; um é sobre Minas Gerais; outro aborda sul e sudeste do Pará). Um último se volta para uma análise mais abrangente sobre a justiça de transição no Brasil.

O GT colocou-se como objetivos:

- a) recepcionar trabalhos que fizessem uma abordagem histórica sobre a violência no campo;
- b) discutir questões relacionadas à memória e a uma história pouco documentada, de forma a mostrar diferentes faces da violência sofrida pelos trabalhadores do campo nas últimas seis décadas;
- c) promover uma reflexão sobre as continuidades e discontinuidades da violência e repressão no campo, chamando a atenção para o fato de que ela não diz respeito somente ao passado e à memória, uma vez que é alarmante, nos últimos anos, o aumento da violência no campo brasileiro, segundo dados publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT);
- d) entrelaçar questões históricas e atuais para melhor entender as condições de resistência e, ao mesmo tempo, de persistência da violência em suas diferentes formas.

Para a organização deste texto de discussão a partir dos trabalhos propostos ao GT apresentamos de forma breve o referencial teórico-metodológico que entendemos como central para a discussão e que desejamos sejam aprofundadas no diálogo com os autores. Em seguida apresentamos o que nos parecem ser os aspectos centrais dos trabalhos na sua relação com as questões propostas pelo GT e, na sequência, levantamos alguns pontos para discussão no GT, atendendo a proposta metodológica do VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais.

Referencial teórico-metodológico do GT para discussão inicial

A proposta do GT foi a de refletir sobre a situação de violência e repressão ainda muito presente no meio rural brasileiro, tanto sob uma perspectiva histórica, quanto a partir de pesquisas sobre questões contemporâneas. A referência teórico-metodológica do GT remete às discussões realizadas no âmbito da Comissão Camponesa da Verdade (CCV), criada em 2012. Naquele momento foi dado um passo fundamental para o esforço de sistematizar e dar visibilidade às situações de violência e repressão no campo durante a ditadura. Do trabalho da CCV, que contou com a participação de pesquisadores, lideranças de movimentos sociais e gestores públicos, resultou um Relatório encaminhado à Comissão Nacional da Verdade (CNV), registrando as violações de direitos no campo no período 1946/1988. Para além da CNV, diversas Comissões Estaduais e Municipais foram criadas e produziram relatórios chamando a atenção para a importância de aprofundamento de pesquisas sobre o tema.

Uma das intenções do GT foi a de criar condições para discutir estudos que alargassem a rede constituída pela CCV. Chamou-nos a atenção o fato de que foram poucas as propostas apresentadas, o que já é, por si mesmo, um tópico para reflexão. Cabe aqui salientarmos alguns aspectos importantes em relação a isso. Entendemos que a pesquisa e a construção historiográfica sobre os processos repressivos no campo são fundamentais para a garantia da presentificação da memória da luta camponesa no Brasil. Essa perspectiva teórica nos remete para a importância da pesquisa na (re)construção do passado. Sem ela, não seremos capazes de desvendar o passado de violência que atingiu o campo brasileiro e

as lutas travadas contra a repressão promovida pelo Estado e seus aliados. A pesquisa como parte da (re)construção da memória é parte da luta contra o esquecimento; é parte da construção dos caminhos para a justiça e a reparação (não necessariamente material, pois em diversos casos ela é impossível, mas moral).

Essa discussão foi central no trabalho realizado pela Comissão Camponesa da Verdade. Naquela oportunidade, pesquisadores/professores, movimentos sociais e gestores públicos se mobilizaram no sentido de garantir que memória, verdade e justiça caminhassem juntas e por isso foi fundamental todo o trabalho de desvendamento de casos de violência contra os camponeses pudessem ser (re)construídos, presentificados. A memória nesse sentido foi trazida numa perspectiva de quem sem ela o processo de transicional não é completo. O trabalho da CCV foi realizado por meio de esforço hercúleo como parte da luta contra o esquecimento e de construção de caminhos para a Justiça e a reparação como compromisso político para uma sociedade mais solidamente democrática.

No âmbito do GT essa discussão é fundamental. Não se trata da realização da pesquisa por ela mesma. Trata-se de trazer à tona o que precisa ser visto e (re)visto para que “nunca mais aconteça”. Assim a pesquisa, o trabalho da memória, assume uma condição política e marca sua posição diante daquilo que desejamos não seja mais visto no meio rural brasileiro. Assim passado, presente e futuro caminham juntos na construção do processo transicional para a democracia que desejamos. Acreditamos que uma pergunta que poderá orientar uma discussão do GT será: como cada um dos artigos proposto ao GT “Continuidades e discontinuidades da repressão e violência no campo” contribui com essa perspectiva teórico-metodológica?

Por outro lado, há que refletir sobre o fato de que a violência contra trabalhadores não começou com a ditadura e nem se encerrou com o seu fim. Pelo contrário ela é constitutiva de um padrão de relações sociais que se perpetua com a omissão do Estado e que é marcado pela predominância de concepções de desenvolvimento que supõe a anulação do outro, considerado inepto, atrasado ou avesso ao progresso e que precisa ser transformado a qualquer custo. Assim, ao lado da violência visível, expressa em assassinatos, prisões etc, há outra mais sutil, marcada pela expropriação, desenraizamento social e cultural e diásporas.

Aspectos centrais dos trabalhos e a relação com as questões propostas pelo GT

Veremos agora alguns aspectos dos trabalhos apresentados. Não se trata exatamente de um resumo, mas de alguns pontos que nos parecem relevantes trazer para discussão no GT. Procuramos agrupá-los pelo seu recorte temporal e geográfico e traçamos uma breve relação com as questões teórico-metodológicas para ajudar cada um dos autores a pensar na questão acima levantada e contribuir para a discussão do grupo.

Regina Coelly Fernandes Saraiva, autora de *“Homens do tempo de Arraes”*: *narrativas de resistência à ditadura civil-militar no pós-1964*, trata dos processos de resistência à ditadura civil-militar no pós-1964 a partir de narrativas de “homens do tempo de Arraes”, feitas no *Seminário Memória Camponesa*, realizado em 2006 em Recife e coordenado pelo professor Moacir Palmeira (PPGAS/MN/UFRJ). Dele participaram dando depoimentos, camponeses/sindicalistas que estiveram à frente do movimento sindical de trabalhadores rurais na Zona de Mata de Pernambuco, entre 1962 e 1989, e que traziam a memória de como lutaram e resistiram à repressão imposta durante o Estado de exceção. Os depoimentos fazem aflorar a relação com as Ligas Camponesas; as formas de resistência e a retomada da luta sindical no campo ainda nos anos 1960; a luta contra o sistema dos “barracões”, que perpetuava a dívida dos moradores com os donos de usina; a luta pelos 2 hectares de terra para plantio de alimentos, considerado um direito dos moradores; os apoios e alianças políticas (Igreja, o governador Miguel Arraes) bem como as formas de repressão e violência; as intervenções nos sindicatos; as formas de resistência (greves, paralisações, guerrilhas, retomada do trabalho sindical; ocupações de terras).

O trabalho proposto traz como contribuição para o GT a importância das Ligas Camponesas e mostra como a historiografia sobre o movimento ainda tem muito a contribuir, seja abordando os processos que marcaram os primórdios do movimento nas décadas de 1950 e 60, seja nos processos de resistência à ditadura civil-militar, nas décadas de 1970 e 80.

Tratando da mesma região, Eduardo Guandalini Genaro e Ramonildes Gomes, com o texto *Das formas de resistência cotidiana à forma de movimento social: As Ligas Camponesas na Paraíba e em Pernambuco e os confrontos com a violência no campo*,

refletem principalmente sobre formas de resistência cotidiana dos moradores da Zona da Mata em Pernambuco e da Paraíba e a mobilização das Ligas Camponesas. Mostram como a expulsão dos moradores além da violência física, contém uma violência simbólica, com dimensões morais, que alimenta a resistência cotidiana. Como no estudo anterior, partem de fontes secundárias: neste caso, as entrevistas realizadas por Socorro Rangel, pesquisadora das Ligas na Paraíba. Nelas aparecem os elementos que diversos autores apontam como centrais para o entendimento das lutas sociais na zona canavieira nordestina: o aumento do foro, a presença do cambão, a coerção física e moral. Destaca-se como elemento central na reflexão dos autores a valorização do acesso à terra, como condição de liberdade; a autonomia de trabalho e a dimensão moral quer da relação com a terra, quer com os patrões, dando pois destaque à experiência dos trabalhadores. Esta experiência é o ponto de partida para a análise da relação entre resistência cotidiana e movimento social, o que é ilustrado a partir de dois episódios de ações coletivas: os comícios em feiras, lugar por excelência de encontros de trabalhadores, e o apoio a moradores expulsos, por meio da constituição de pequenos grupos que buscavam negociação com os patrões.

O trabalho (re)constrói processos em torno da violência no campo e como a dimensão cotidiana é importante para a compreensão da atuação dos movimentos sociais. Reforça também, assim como o trabalho anterior, a importância de pesquisas que (re)construam a experiência das Ligas Camponesas como importante movimento da luta camponesa e resistência ao Estado repressivo antes e pós 64.

Subjacente a essas discussões estão as formas de dominação típicas da região, tratadas por Bruno Lacerra de Souza e Rosemeire Aparecida Scopinho, num texto intitulado *Questão agrária: dimensões de análise a partir da sociologia rural*, que resenha estudos feitos por Afranio Garcia Júnior e Marie-France Garcia, sobre a Paraíba (respectivamente *Sujeitos e Libertos*, de 1988, e *Mercado e modos de dominação*, de 2008). Os autores destacam as relações de dominação e poder a que estavam submetidos os moradores das usinas da *plantation* açucareira nordestina, em um período de declínio, motivado pelo surgimento das usinas, pelos deslocamentos urbanos e pela criação de um sistema jurídico de amparo aos trabalhadores, configurado no Estatuto do Trabalhador Rural e no Estatuto da Terra.

Diferentes faces da violência sofrida pelos trabalhadores do campo são pontos a serem aprofundados a partir deste trabalho: processos de dominação, migração, capitalismo agrário, novas formas de sujeição, trabalhos sazonais, formas de resistência cotidiana, o direito à terra, terra como liberdade.

Ainda voltado para Pernambuco, mas em outro momento histórico, temos o estudo de Rose Elke Debiasi, que trata da emergência do MST na região: *As percepções de uma militante sobre a violência no processo de estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1989-1995)*. Com base na história oral, mais especificamente o depoimento de uma militante sulina do MST que migrou para a Paraíba para expandir essa organização, a autora se propõe a discutir as diferentes faces da violência nos anos 1990, portanto após o fim da ditadura civil militar. Essa liderança se defronta com diferentes formas de violência, tanto a policial como a dos pistoleiros, por ela mais temida. De acordo com o depoimento que serviu de base para o texto, a presença da violência, aliada ao sentimento de impunidade, fazia com que as populações locais não aderissem às ocupações no ritmo e formato propostos pelo MST e suas lideranças sulistas, que tinham outra experiência de relação com a terra e com a violência. O que era visto inicialmente como desinteresse dos sertanejos em incorporar as fileiras do Movimento foi transformado após a convivência com eles.

Dois outros artigos tratam dos conflitos e de sua persistência, mas a partir de outras regiões. Em *Aspectos históricos da apropriação de terras no Sul e Sudeste do Pará: luta pela terra e violência no campo*, Haroldo de Souza e Tarcísio Feitosa da Silva procuram mostrar como o Estado, após o golpe de 1964, exerceu o controle sobre as terras devolutas por meio de aforamentos, arrendamentos e contratos de alienação de terras públicas da União, tendo como justificativa o binômio *segurança-desenvolvimento*. Essa política resultou na produção de um grande contingente de agricultores/trabalhadores sem-terra, no acirramento dos conflitos agrários e no aparecimento de novas formas de ação e organização dos agentes sociais, encampando a bandeira de reforma agrária e envolvendo quer os sindicatos, quer o MST, com ocupações massivas em prédios públicos, rodovias e acampamentos de famílias inteiras. Ao mesmo tempo, a política de criação de assentamentos na região manteve-se orientada por um “descolamento geográfico”, tanto em

escala nacional, quanto regional: ou seja, o assentamento de famílias em busca de terras em áreas distintas daquelas demandadas. A essa política se soma o programa Terra Legal, mais recente, visando, muitas vezes, regularizar terras griladas. O resultado tem sido o aumento exponencial da violência na região, expressa na recorrência de assassinatos por questões de disputa fundiária.

No texto *Terras marcadas pela luta: repressão, resistência e retomada de mobilizações em Minas Gerais*, Arnaldo José Zangelmi, discute algumas experiências de retomada de mobilizações em torno de determinadas terras em Minas Gerais, buscando elucidar violações de direitos durante o regime civil-militar, assim como a persistência de formas de mobilização e memórias que tornaram possível a rearticulação dessas lutas à partir da década de 1980. São objeto de discussão os conflitos em torno da Fazenda do Ministério (Governador Valadares/MG) e de Cachoeirinha (Varzelândia/MG), ambas de caráter emblemático na luta pela terra no estado. O estudo enfatiza o papel da memória na retomada dos conflitos: os trabalhadores rurais já estavam em Cachoeirinha há décadas, havia um direito prévio às terras, diferentemente do caso da Fazenda do Ministério, no qual as significações sobre esse direito foram construídas no processo de mobilização, possibilitando que fosse ocupada. Segundo Zangelmi, essa diferença pode ajudar a entender porque a busca por essas terras permaneceu de forma mais direta e recorrente em Cachoeirinha, mesmo nos anos mais duros do regime militar, sendo reocupada na década de 1980 pelo mesmo grupo de posseiros expulsos na década de 1960.

Discutir as continuidades e discontinuidades sobre a violência e repressão no campo é um elemento central do argumento teórico-metodológico do GT que os trabalhos propostos por Rose Debiasi, Haroldo de Souza e Tarcísio Feitosa e o de Arnaldo Zangelmi podem nos ajudar a aprofundar. (Re)construir as experiências violentas do passado, como se reproduziam (e ainda se reproduzem) é importante para o diálogo no GT. A continuidade dos processos repressivos mesmo com o fim da ditadura civil militar, gênero e resistência, novos assentamentos e conflitos agrários, condições de resistência são questões para serem aprofundadas no debate em grupo.

Finalmente, o texto de Fabrício Teló, *Terra e Justiça de Transição no Brasil*, analisa as concepções sobre o tema presentes no Brasil, discutindo alguns de seus limites

no que se refere em especial a populações indígenas e camponesas. O autor afirma que a justiça transicional deve ser considerada como um processo permanente de tentar melhorar o modo pelo qual a sociedade lida com um passado violento e suas consequências no presente. É sob essa ótica que trata mecanismos como comissões da verdade, pedidos públicos de perdão e reparações. O texto aborda a complexidade dessa justiça e mostra como, no Brasil, ficaram fora das preocupações da CNV uma série de violências estruturais que causaram intenso sofrimento às populações do campo. É o caso de deslocamentos forçados, destruições de benfeitorias, incêndios de casas, aterramento de fontes de água, esvaziamento de reservatórios de água etc. O autor chama a atenção para o fato de que os trabalhos da CNV foram marcados por uma preocupação com a identificação de situações nas quais houve atuação de agentes do Estado, o que a fez passar ao largo das violações praticadas por agentes privados, mas estimulados pela certeza de impunidade em função da aliança entre Estado e grande propriedade, uma das marcas do golpe. Trata-se de violência difusa, de grande abrangência, difícil de ser comprovada em processos judiciais de reparação. Aponta ainda que o relatório da CNV evidencia uma compreensão hegemônica na Justiça de Transição no Brasil sobre as vítimas: privilegia o militante engajado que sofreu abusos em razão de suas atividades políticas. Socorrendo-se da pesquisa de Gilney Viana sobre camponeses mortos e desaparecidos durante a ditadura, aponta o quão distante está a ideia de reparação no universo camponês, já que a grande maioria sequer chegou a realizar o pedido, seja por desconhecer tal direito, seja por falta de condições, uma vez que a elaboração da petição demanda uma série de habilidades para a comprovação dos fatos, além de recursos financeiros de que raramente dispõem.

Este último trabalho nos estimula a pensar o que deve ser presentificado como parte da luta contra o esquecimento da memória camponesa e na construção de caminhos para a justiça e reparação. Trata-se de questão teórica central que o texto proposto nos instiga a discutir em torno dos compromissos políticos para uma sociedade mais democrática.

Pontos para discussão no GT

Tomando os trabalhos submetidos ao GT como amostra de amplo campo de pesquisa, o quadro inicial de síntese dos trabalhos apresentados é por si só bastante

revelador de algumas preocupações, presentes nos estudos recentes, com a violência quer na ditadura, quer na redemocratização. Pontuamos a seguir alguns aspectos que consideramos importantes para aprofundarmos nas discussões do GT:

⇒ As organizações camponesas que surgiram nos anos que antecedem o golpe continuam sendo objeto importante de preocupação dos pesquisadores, em especial relacionando-as às condições de exploração e relações de subordinação que marcavam o agro brasileiro. O Nordeste, em especial Pernambuco e Paraíba permanecem como foco de atenção em grande medida pela importância atribuída às Ligas Camponesas. Esse fato chama a atenção para a necessidade das pesquisas se voltarem também para outros estados do Nordeste e para outras regiões, de forma a entender as dimensões nacionais do movimento camponês e, em especial, suas variações. Qual a presença das Ligas Camponesas e seus processos de resistência em outros estados brasileiros? Outras formas de organização, como as associações, por exemplo, mas ainda têm pouca visibilidade na historiografia. Da mesma maneira, são ainda pouco estudadas formas localizadas de resistência, com vínculos mais frouxos com organizações estaduais ou nacionais. Neste sentido, reiteramos que para sistematizar e dar visibilidade às situações de violência e repressão no campo durante a ditadura ainda precisamos deslocar nosso olhar para outras localidades e situações.

⇒ Os anos 1970 parecem não estar sendo objeto de pesquisa sistemática. Embora se fale muito em repressão, os estudos apresentados mostram ainda de forma incipiente e indicativa suas formas/tempos/atores, indicando que há muito que pesquisar sobre o período. Chamamos a atenção para o fato de que a abertura, pelo projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, de diversos documentos oficiais antes inacessíveis tem uma contribuição limitada para o entendimento da violência sobre os camponeses, justamente porque ela em grande medida se fez por meio de agentes privados como diversos trabalhos apresentados ao GT mostram.

⇒ Os processos de resistência a partir do movimento de trabalhadores rurais e sua atuação sindical também merece destaque e emerge dos trabalhos propostos. As condições de resistência, seus instrumentos e formas são um elemento central do debate em torno da luta pela terra, seja em períodos anteriores, seja no atual momento.

⇒ Os trabalhos propostos parecem reiterar a continuidade da violência ao longo do tempo, embora com deslocamento de locais. Assim, se hoje o Pará ganha destaque, nos anos 1950, a região de maior ocorrência era o Nordeste. O fundamental é registrar a continuidade da violência e, em especial, a permanência da ação privada, por meio de pistoleiros/capangas/jagunços. Se isso é verdadeiro, parece-nos evidente que: a) a ocorrência das violações de direitos parece ser maior do que se estima; b) há um recorrente silenciamento sobre o tema, a não ser em ocasiões de assassinatos, contribuindo, assim, para o processo político e social de invisibilização das lutas e resistências camponesas. Ou seja, há uma violência estrutural, pouco levada em consideração em muitos estudos e nos debates políticos. A CPT tem feito um trabalho sólido e bem ancorado metodologicamente de levantamento de dados sobre a violência, mas é importante lembrar que os números de períodos anteriores não existem de forma sistematizada. Ou seja, não temos termos de referência para produzir comparações.

⇒ A repressão no campo era (e é) constituída tanto por ações de impacto e ostensivas (como os assassinatos e punições), quanto por formas mais sutis e cotidianas.

⇒ Lado a lado com ações mais visíveis de manifestação, há formas cotidianas de resistência que precisam ser observadas e entendidas a partir da forma os agentes sociais as elaboram e definem.

⇒ A análise da violência e da repressão sobre os camponeses passa por um trabalho de atualização da memória, entendida como reconstrução permanente do passado em diálogo com o presente. Um trabalho que se faz também por meio das lutas atuais, apontando para continuidade na memória de lugares e personagens em alguns casos estudados.

⇒ Alcances e limites da justiça de transição no Brasil, em especial no que se refere a direitos de indígenas e camponeses. Como tratar temas como reconhecimento e reparação, de forma a ultrapassar os limites trazidos pela ideia de indenização financeira aos atingidos e incorporar o sentido de dignificação dos atingidos?

⇒ Qual o papel das Comissões Estaduais e o significado dos processos reparativos que foram abertos a partir da visibilização quer de fontes documentais quer de depoimentos de atingidos por processos repressivos?

- ⇒ Importância de se considerar a dimensão estrutural da violência no campo e suas invisibilidades: migrações forçadas, ações de forças privadas, violência de gênero. Além disso, as formas de distribuição da terra, projetos de colonização, modernização no campo são parte das continuidades e descontinuidades da violência no campo. Como dar visibilidade a esses processos para garantir memória, verdade e justiça.
- ⇒ Quais fontes de pesquisa podem ser buscadas para contribuir com o processo de presentificação da memória camponesa e a luta pela terra, justiça e liberdade.
- ⇒ Importância de um trabalho cuidadoso de explicitação das fontes, o que nem sempre aparece em alguns trabalhos apresentados.
- ⇒ Importância do trabalho com fontes orais e os cuidados metodológicos envolvidos no seu uso.

Trabalhos de Referência para o texto

Arnaldo José Zangelmi - Terras marcadas pela luta: repressão, resistência e retomada de mobilizações em Minas Gerais

Bruno Lacerra de Souza e Rosemeire Aparecida Scopinho - Questão agrária: dimensões de análise a partir da sociologia rural

Eduardo Guandalini Genaro e Ramonildes A. Gomes - Das formas de resistência cotidiana à forma de movimento social: as Ligas Camponesas na Paraíba e em Pernambuco e os confrontos com a violência no campo

Fabício Teló - Terra e Justiça de Transição no Brasil

Haroldo de Souza e Tarcísio Feitosa da Silva - Aspectos históricos da apropriação de terras no Sul e Sudeste do Pará: luta pela terra e violência no campo.

Regina Coelly Fernandes Saraiva - "*Homens do tempo de Arraes*": narrativas de resistência à ditadura civil-militar no pós-1964, trata dos processos de resistência à ditadura civil-militar

Rose Elke Debiasi - As percepções de uma militante sobre a violência no processo de estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1989-1995)